

FUNCIONALISMO

CPNU será a cada dois anos

Governo pretende que, a partir de 2027, o certame passe a ser permanente, como ocorre com o Enem, segundo ministra

» FERNANDA STRICKLAND

A ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, afirmou, ontem, que o governo federal trabalha para transformar o Concurso Público Nacional Unificado (CPNU) em uma política de Estado permanente. A declaração foi dada durante participação no programa “Bom Dia, Ministra”, da Empresa Brasil de Comunicação (EBC). A proposta, segundo ela, é que o certame seja realizado de forma bianual, nos moldes do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). “Nossa ideia é que possamos deixar tudo pronto para que essa política se torne permanente, como foi o Enem. A ideia de ser bianual é bem razoável”, disse Dweck. Ela adiantou que, devido ao calendário eleitoral, não haverá concurso em 2026, mas a expectativa é de que o CPNU volte em 2027.

A segunda edição do CPNU traz

uma série de inovações voltadas à promoção de equidade, diversidade e modernização no acesso ao serviço público. Entre elas, está a criação de um mecanismo de equiparação de gênero entre os candidatos convocados para a segunda etapa da seleção. A medida visa corrigir a distorção observada na edição anterior: embora as mulheres fossem maioria entre os inscritos (56%) e presentes nas provas (54%), representaram apenas 37% dos aprovados.

“Se as mulheres não forem, no mínimo, metade das pessoas que passam para a segunda fase, então, a gente vai chamar mulheres para estarem na mesma quantidade que homens em todas as especialidades, em todas as modalidades. E no final vai passar quem tiver as maiores notas somadas. Portanto, todos os homens que passarem a primeira fase vão continuar concorrendo e vai valer no final quem tiver a maior nota. Não é reserva de

vagas, continua valendo a maior nota”, explicou a ministra.

Cotas

Outro avanço importante é a aplicação integral da nova Lei de Cotas. Agora, 30% das vagas são reservadas para candidatos negros, indígenas e quilombolas — um aumento em relação aos 20% anteriores. Também serão mantidas as cotas de 5% para pessoas com deficiência. “As pessoas já se inscrevem sabendo que aquelas vagas são para cotas. É uma solução inovadora, que amplia a diversidade e cumpre a legislação”, ressaltou Dweck.

Outra mudança no CPNU 2025 é a flexibilização na análise de autodeclarações raciais. Na nova edição, basta que a autodeclaração de pessoa negra seja validada por ao menos um dos integrantes da banca avaliadora ou recursal para ser aceita. Na edição anterior, exigia-se maioria.

Reprodução/Agência Gov



A ministra Esther Dweck destacou que uma novidade do concurso é o maior rigor na promoção da equidade

Jefferson Rudy/Agência Senado



Davi Alcolumbre (União-AP) adiou votação por falta de consenso

APOSTAS ESPORTIVAS

Senado adia votação do PL dos jogos

» ALÍCIA BERNARDES

A votação do projeto que legaliza cassinos, bingos, jogo do bicho e apostas em corridas de cavalos no Brasil foi adiada pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP). A proposta estava prevista como um dos itens da pauta do Plenário na sessão de ontem, mas a baixa presença de senadores e a forte divisão interna levaram à retirada do texto, sem definição de nova data para análise.

“O quórum está muito baixo: 56

senadores e esta Presidência não pode ser questionada a todo instante sobre a deliberação de matérias. Diante da divergência grande e da ausência de senadores, quero informar que vou retirar de ofício da pauta”, declarou Alcolumbre. O Projeto de Lei 2.234/2022, relatado pelo senador Irajá (PSD-TO), já foi aprovado pela Câmara dos Deputados e na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado em junho de 2024.

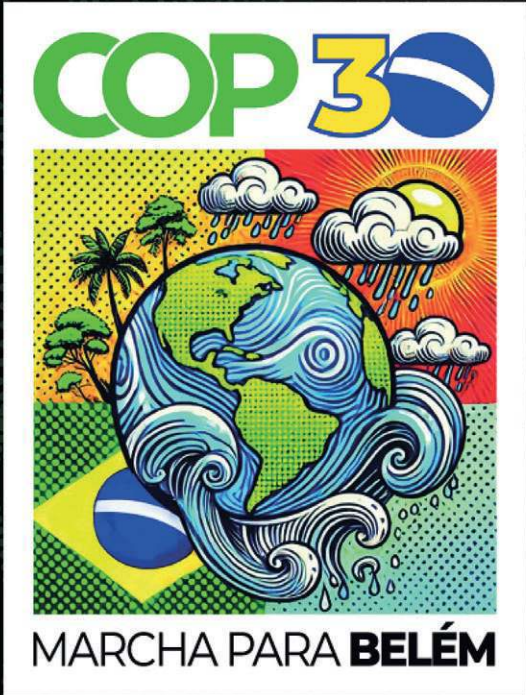
O texto propõe a liberação de jogos de cassino, bingo, videobingo,

jogo do bicho, apostas online e turfe (corridas de cavalos), com regras para exploração e fiscalização. Se aprovado, o projeto acabará com a proibição da exploração de jogos de azar no país, em vigor desde 1946. Ele também revoga trechos da Lei de Contravenções Penais que tratam do tema. Caberá ao Ministério da Fazenda definir os processos de licenciamento, autorização e fiscalização, além da possibilidade de criação de uma agência reguladora para o setor.

De acordo com a proposta,

apenas empresas com sede no Brasil poderão explorar as atividades, mediante autorização prévia e comprovação de requisitos como capital social mínimo de R\$ 10 milhões e origem lícita dos recursos. Os estabelecimentos deverão operar em locais previamente autorizados e atender a critérios como padrão de hotelaria, número de quartos e capacidade de eventos, no caso dos cassinos.

* Estagiária sob supervisão de Edla Lula



O futuro *caminha* com a gente

O **Correio Braziliense** traz para você a cobertura completa da **COP 30**

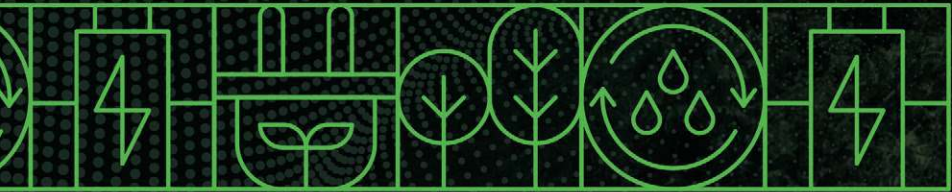
Em 2025, os olhos do mundo estarão voltados para a Amazônia.

A Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas – **COP30** – acontece em Belém, trazendo líderes globais, especialistas e milhões de pessoas em torno de um só propósito: agir pelo futuro do planeta.

É nesse cenário que nasce o especial Marcha para Belém, uma iniciativa de sustentabilidade do **Correio Braziliense** conectada à agenda da COP30, com ações concretas de impacto ambiental, social e educativo na região amazônica.



Aponte a câmera para o QR CODE e entre em contato com o nosso comercial



realização:

CORREIO BRAZILIENSE

CB Brands
ESTÚDIO DE CONTEÚDO

